



1. Mensagem da Administração

A Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

No início de 2011 a CEA se apresentava como um dos principais entraves para a governabilidade estadual, pelo acentuado desequilíbrio econômico-financeiro que provocou a recomendação da ANEEL, a partir de junho de 2007, de se declarar a caducidade de sua concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica. Entre as causas para essa situação estavam as elevadas e crescentes perdas de energia elétrica, o congelamento da tarifa desde 2004 e a inadimplência dos consumidores, que impediram a empresa de gerar recursos para honrar seus compromissos e de realizar os investimentos demandados.

Como consequência dessa situação, a empresa tornou-se inadimplente junto a seus principais fornecedores, ao fisco estadual e federal e aos órgãos reguladores do setor elétrico, acarretando pesados ônus financeiros, o que resultou na apresentação de constantes prejuízos operacionais, comprometendo a qualidade do serviço prestado e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, com o acúmulo de dívidas que extrapolavam a cifra de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de Reais).

Em janeiro de 2011 o Governo do Estado do Amapá, na condição de maior acionista e interessado em reverter a difícil situação da Companhia, e a Diretoria da empresa propuseram ao Ministério de Minas e Energia a formação de um grupo de trabalho para a realização de estudos para o equacionamento econômico e financeiro da Companhia. Em agosto daquele ano foi oficializada ao Ministério de Minas e Energia a proposta de federalização da empresa, como a medida mais viável para a solução dos problemas enfrentados pela CEA.

No decorrer do exercício de 2012, o empenho da equipe técnica da CEA e a mobilização do Executivo estadual e da representação política amapaense foram fundamentais para a definição criteriosa, em conjunto com o Ministério das Minas e Energia, das diretrizes que passaram a orientar as ações visando à federalização da Companhia e que compõem o Protocolo de Intenções firmado em novembro 2012, entre o Governo do Estado e a Eletrobras.

O Protocolo, de fato, estabelece as condições e premissas a ser observadas visando à recuperação operacional, econômica e financeira da Companhia; a adoção de um modelo de gestão adequado, que possibilite a manutenção, pela CEA, do padrão de qualidade dos serviços compatível com o requerido pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; a busca gradativa dos padrões técnicos e financeiros mais adequados, bem como a transferência de know how em gestão de empresas do setor elétrico brasileiro; a implementação de melhoria na estrutura de capital



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013



da CEA, com vistas ao saneamento de seu endividamento e redução do custo de capital, associado a um forte programa de racionalização dos custos de operação e manutenção e, no fim desse processo de transição, a transferência da gestão e do controle acionário da CEA para a Eletrobrás.

Convém sempre lembrar que essas premissas sintetizam todo um exaustivo trabalho e que estabeleceram as bases para o planejamento estratégico da empresa e a produção de documentação complementar que, cotejadas pelo Ministério de Minas e Energia e ELETROBRAS, definiram as condições para a recuperação da empresa, segundo uma ajustada cronologia. A adequação da gestão da CEA ao modelo de empresa de referência surgiu nesse cenário como uma ação prioritária, quando se constatou que a falta de um modelo de gestão definido, sem identificação dos processos, resultou em uma estrutura organizacional obsoleta com custos que inclusive não são remunerados na tarifa de energia elétrica, porquanto com reflexos negativos significativos nos resultados operacionais da Companhia.

Em 2012, foi aprovada pelo CONSAD-CEA uma nova estrutura organizacional da empresa, resultante dos estudos desenvolvidos, tendo como referencial os modelos de estruturação de empresas congêneres, adequados, entretanto, às condições financeiras, operacionais e estruturais da CEA. Ainda no mesmo exercício foi instituído o grupo de trabalho multissetorial visando à elaboração do Manual de Atribuições da Companhia, segundo uma concepção que viesse a contemplar todos os processos inerentes à atividade de distribuição e, principalmente, ao programa de expansão do sistema elétrico. Neste particular, foi implantada a Diretoria de Planejamento e Expansão cuja missão principal é promover a integração do sistema elétrico estadual ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

No que se refere ao equacionamento da dívida, foi solucionada uma questão que se arrastava por mais de 10 anos: a dívida acumulada pelo não recolhimento do ICMS. O Governo do estado fez remissão de receita do ICMS devido pela CEA ao estado no valor R\$ 235.299.888,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e oito reais), através do Decreto Governamental nº 1.679, de 10.05.2012. A Companhia também negociou sua dívida junto a Eletronorte conseguindo a remissão de multas e juros no montante de R\$ 563.227.059,21 (quinhentos e sessenta e três milhões, duzentos e vinte e sete mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos).

Cumprindo o previsto no Protocolo de Intenções, o Governo do Estado do Amapá acessou o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1.400.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de Reais) para equacionamento dos passivos da CEA, através de aportes para aumento de capital na CEA e composição de um fundo destinado a cobertura do passivo contencioso, além de atender os investimentos necessários para a interligação do Sistema Elétrico Estadual ao Sistema Interligado Nacional – SIN e reforço e ampliação do sistema de subtransmissão estadual.



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013



A Empresa pagou em 2013 duas parcelas programadas de amortização da dívida: R\$ 407.805.221,12 (quatrocentos e sete milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e vinte e um Reais e doze centavos) e R\$ 130.460.850,45 (cento e trinta milhões, quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e cinquenta Reais e quarenta e cinco centavos) com recursos respectivamente da primeira e da segunda tranche liberados pela Caixa Econômica Federal, perfazendo um total de R\$ 538.266.071,57 (quinhentos e trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setenta e um Reais e cinquenta e sete centavos) de desembolso para saldar dívidas da CEA. Estes pagamentos foram principalmente para saldar débitos contraídos pela compra de energia (Eletronorte, Soenergy, Agrekko), e encargos (Secretaria da Receita Estadual, Eletrobrás, MME e FINEP).

Com relação às obras de Subtransmissão a Empresa Nortemi - Norte Eletricidade e Montagem Industrial Ltda. foi a vencedora do certame licitatório, realizado em 10 de maio de 2013 e que teve por objeto a construção de 39,5 km de Linhas de Subtransmissão em 69 KV e de uma subestação abaixadora com capacidade de 26,6 MVA (situada em Laranjal do Jari) que correspondem às obras básicas de integração do Estado do SIN, a um custo de R\$ 41.703.546,95 (quarenta e um milhões, setecentos e três mil, quinhentos e quarenta e seis Reais e noventa e cinco centavos). A interligação está programada para ser concluída em junho de 2014.

Concomitantemente com as iniciativas de recuperação da empresa, o governo do estado tem sido fundamental para os investimentos de recuperação e ampliação do sistema de distribuição de energia em todo o Estado. Em 2011 o governo do estado disponibilizou R\$ 19.137.402,76 obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, proporcionando a abertura de 53 frentes de trabalho em áreas extremamente críticas de diversos municípios (Macapá, Tartarugalzinho, Porto Grande, Mazagão, Laranjal do Jari, Oiapoque, Santana e Serra do Navio), com maior concentração de ações e, conseqüentemente, de aporte financeiro, no município de Macapá. Esses recursos foram aplicados prioritariamente em reforma e ampliação de circuitos de distribuição, para atendimento de considerada demanda reprimida e regularização de consumidores, na melhoria dos circuitos alimentadores e dos níveis de tensão de fornecimento de energia e na elaboração de projetos básicos de subestação e linha de subtransmissão.

O governo federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (1ª tranche), instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, e prorrogado até 2014 pelo Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011 (2ª tranche), destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural brasileiro, contribuindo para a inclusão social, melhorando o acesso à educação, saúde e cultura no meio rural.



COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013



No Estado do Amapá, o Programa Luz para Todos vem sendo executado pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte, cabendo à CEA a missão de auxiliar na fiscalização da implantação do programa, o cadastramento dos consumidores demandantes e a participação na composição dos valores investidos (contrapartidas), juntamente com o Estado. No ano de 2011, foram incorporadas 2.300 ligações do Programa Luz Para Todos. Já no ano de 2012, foram ligados 3.500 novos consumidores, ressaltando o avanço da eletrificação rural na maioria das comunidades do Arquipélago do Bailique. No ano de 2013, foram ligados 959 novos consumidores.

As principais ações de combate às perdas comerciais estão relacionadas à instalação de medidores, regularização de consumidores clandestinos e a fiscalização de consumidores. Os consumidores sem medição e os clandestinos respondem por parcela considerável das perdas comerciais da CEA. Nos últimos anos vem sendo feitos investimentos com o objetivo de reduzir o quantitativo de clientes sem medição e de clandestinos. O Plano de contingência da CEA estabelece que até 2014 a Empresa deverá reduzir o índice de perdas técnicas e comerciais para o patamar de 32,80%, o que vem se viabilizando, dentre outras medidas, com a instalação de 36.000 medidores de energia adquiridos para cumprir uma primeira etapa de trabalho.

Passo significativo da transição rumo à federalização da Companhia foi a assinatura do Acordo de Acionistas entre o Governo do Estado - GEA e a Eletrobrás, ocorrida em setembro de 2013, cujo objeto é regular os termos e condições gerais a fim de estabelecer a gestão e administração compartilhadas da CEA, regulando direitos e obrigações dos acionistas no que se refere à administração da Companhia, exercício de direito de voto e direito de preferência da Eletrobrás para adquirir ações de emissão da CEA de propriedade do Estado. A vigência do Acordo de Acionistas permitiu a reestruturação dos órgãos superiores da empresa, com a implantação da gestão compartilhada entre GEA e Eletrobrás, a partir de outubro de 2013.

A DIRETORIA.